

# Filho de duas pátrias: a personificação de Antônio Vieira por Varnhagen

Son of two nations: the personification of Antônio Vieira by Varnhagen

Gil Eduardo de Albuquerque Macedo<sup>1</sup>

[gileduardo7@gmail.com](mailto:gileduardo7@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0002-9867-2889>

---

**Resumo:** Personagem de narrativas historiográficas e literárias, Antônio Vieira foi um padre jesuíta que viveu entre os anos de 1608 e 1697. No século XIX, o padre se tornou pauta de intensos debates e figura necessária do IHGB para a formação da narrativa nacional. Um campo de disputas foi formado em torno da figura de Vieira, do qual surgiram diversas leituras. Destaca-se a leitura que Francisco Adolfo Varnhagen fez sobre o padre. Caracterizado pelo elogio nacionalista, o historiador entendeu que Vieira foi um indivíduo nascido em Portugal, mas que o Brasil possuía seu dever de Pátria. Para compreender a produção do personagem histórico, torna-se imprescindível o entendimento da fabricação de Vieira em meio aos investimentos simbólicos da historiografia brasileira oitocentista. Nesse sentido, o nosso estudo fará uso de uma abordagem historiográfica sobre o jesuíta no século XIX, com a qual foi possível inferir uma teia de relações adjacentes, sobretudo, as estabelecidas com o IHGB e a historiografia portuguesa.

**Palavras-chaves:** Nação; Antônio Vieira; IHGB; Francisco Adolfo Varnhagen.

**Abstract:** Character of historiographical and literary narratives, Antônio Vieira was a Jesuit priest who lived from 1608 to 1697. In the 19th century, the priest became the subject of intense debates and a necessary figure of the IHGB for the formation of the national narrative. A field of disputes was formed around the figure of Vieira, from which several readings emerged. The reading that Francisco Adolfo Varnhagen made about the priest stands out. Characterized by nationalist praise, the historian's view was that Vieira was an individual born in Portugal, but that he had Brazil as his homeland of duty. In order to understand the production of the historical character, it is essential to understand the creation of Vieira in the midst of the symbolic investments of 19th century Brazilian historiography. In this sense, our study will use a historiographical approach to the Jesuit in the 19th century, with which it is possible to infer a web of adjacent relations, especially those established with the IHGB and Portuguese historiography.

**Keywords:** Nation; Antônio Vieira; IHGB; Francisco Adolfo Varnhagen.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Ceará. Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História. Av. da Universidade, 2762, 60020-181, Natal/RN, Brasil.

## Introdução

O polêmico e emblemático Antônio Vieira é objeto de narrativas historiográficas, literárias e cinematográficas. A grande diversidade de escritas sobre o padre atravessa o século XVIII até os nossos dias. Não é exagero afirmar que Vieira foi tema caro para a construção de uma história nacional brasileira e portuguesa. As numerosas e relevantes documentações escritas pelo jesuíta explicam, em parte, sua importância, mas elas por si só não conseguem explicar o clamor e a aversão em torno do personagem histórico, aquele que fora ora denunciado como traidor nacional, ora aclamado como gênio da língua portuguesa. No vasto campo de disputa sobre a figura de Vieira, o seguinte estudo pretende analisar a abordagem de Francisco Adolfo Varnhagen sobre o polêmico jesuíta do século XVII.

Podemos afirmar que o antijesuitismo, conjunto de ideias e de práticas caracterizadas por uma aversão à Companhia de Jesus<sup>2</sup>, é um traço da escrita de Varnhagen. Partindo do pressuposto de que as ambições da ordem religiosa seriam um entrave para o desenvolvimento da nação brasileira, o historiador adere à perspectiva de que a Ordem seria um “Estado no outro Estado” (Varnhagen, 1877b, p. 922-923) e, por isso, uma ameaça. Ao referenciar a expulsão dos jesuítas por meio do decreto instituído por Pombal, Varnhagen procurou legitimar historicamente a argumentação de que as ambições por poder dos inicianos “produzia m contínuos conflitos de autoridade, concorrendo a nivelar as barreiras que Cristo marcou entre Deus e César, entre a Igreja e o Estado, o espiritual e o temporal” (Varnhagen, 1959, p. 140). Para Arno Wehling, “os argumentos de Varnhagen contra os jesuítas são os de um adepto da razão de Estado contra as forças centrífugas que prejudiquem aqueles objetivos” (Wehling, 1999, p. 169).

O antijesuitismo presente em Varnhagen, objeto de intensas disputas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) oitocentista (ver em: Domingos, 2014), poderia nos levar à dedução de que sua leitura sobre o padre Antônio Vieira seguiria a lógica de uma denúncia histórica. No entanto, em uma rápida leitura da *História Geral do Brasil*, nos deparamos com uma abordagem elogiosa sobre o padre seiscentista. Poderíamos direcionar nossos esforços para compreender os limites dessa contradição, mas esse não será objeto de nossa análise. Nesse sentido, a aparente contradição nos servirá como ponto de

partida para questionar: qual a dimensão do personagem Antônio Vieira na escrita de Varnhagen? Que aspectos o historiador brasileiro selecionou para compor a figura do padre seiscentista?

Para versar sobre tais problemas, definimos três etapas de investigação. Na primeira, situaremos a polêmica em torno da nacionalidade do padre Vieira e como Varnhagen a resolve ao projetar sobre o jesuíta uma dupla nacionalidade, ao nosso ver, importante para reforçar a contiguidade histórica entre Brasil e Portugal. Em seguida, partimos do pressuposto de que, anterior à escrita de Varnhagen, a imagem do padre jesuíta foi objeto importante para a construção de uma cultura nacional portuguesa. Nesse aspecto, entendemos ser necessário analisar suas aproximações com a historiografia portuguesa. Por fim, investigamos as estratégias discursivas empregadas pelo historiador para compor o personagem histórico dentro de uma narrativa da Nação.

## Em torno da polêmica

*Bem hasta tu, heroes, prodígio, apóstolo santo,  
De duas pátrias filho e de ambas ilustre e gloria!  
Bem haja o teu labor, eterno na memoria  
Do brasileiro paiz, por quem luctaste tanto!*<sup>3</sup>

O trecho citado acima é da poetisa soteropolitana Amélia Rodrigues, proferido na comemoração do segundo centenário de morte do padre Vieira, realizada na cidade de Salvador. O discurso proselitista é sintomático de uma imagem que circulou amplamente pelo circuito letrado brasileiro do século XIX. A ambivalência da nacionalidade do padre jesuíta é um fenômeno peculiar, produto de uma operação historiográfica que surgiu com o IHGB. O Vieira luso-brasileiro nascia ao mesmo tempo em que a nacionalidade brasileira tomava suas primeiras formas.

Legitimada e projetada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a escrita de Varnhagen serviu a um projeto brasileiro de nação, responsável por fundar alguns dos mitos da nacionalidade. Vejamos então como o historiador brasileiro envolveu o jesuíta em um manto de simbologias nacionalistas:

*[...] digamos delle duas palavras já que, durante mais de um terço de século, tamanho papel representa, na história dos dois estados brasilio — maranhenses,*

<sup>2</sup> Antijesuitismo ou mito jesuíta projeta sobre os inicianos o medo de um inimigo despersonalizado (Leroy, 1992). Na análise da *Restauração dos Bourbons*, Leroy entende o mito como instrumento de denúncia atrelado à luta de políticos liberais franceses pela laicização do Estado (Leroy, 1992, p. 92). Existente em diversos contextos, em suma, o antijesuitismo faz uso de uma teoria do *complot*, isto é, um dispositivo discursivo genérico que visa constituir o “inimigo como uma ameaça global, total e inteiramente destituída de sentimento e dignidade humana” (Franco e Reis, 1997, p. 24).

<sup>3</sup> *Cidade do Salvador*, Salvador, ano 1, n. 173, 15 jul. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763250&pesq=padre%20Antonio%20Vieira&pasta=ano%20189>. Acesso em: 25/01/2021.

*este homem notável. Bem que nascido em Portugal, Vieira viveu a maior parte do tempo no Brasil, e aqui morreu; do mesmo modo que seus pais, seu irmão, e outros parentes. Elle próprio dizia: que pelo segundo nascimento devia ao Brasil as obrigações de pátria; e certo é que associado ao seu brilhante nome ajudou no século XVII, a fazer ressoar na Europa o desta então obscura colônia (Varnhagen, 1877b, p. 726).*

Para entender melhor a afirmação de Varnhagen, será importante situarmos a discussão em torno da nacionalidade de Vieira. Em 1854, Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia, foi encarregado pelo IHGB de provar a nacionalidade de Antônio Vieira, tema envolto em muita paixão. O arcebispo concluiu, por meio de uma pesquisa documental, que Vieira teria nascido na cidade de Lisboa, em 6 de fevereiro de 1608. Para isso, Seixas recorreu a importantes referências, tais como Rocha Pitta e André de Barros, além de notas contidas nas mais importantes enciclopédias e manuais biográficos da época, como a *Biographie Universelle Ancienne et Moderne* (1827), *Nouveau Dictionnaire Historique et Critique* de Jacques George Cheauffapiê (1756) e o *Dictionnaire Historique* de Abbé de Feller (1842). Todos os escritos referenciados pelo arcebispo são unânimes em atestar o nascimento de Vieira em Lisboa.

No entanto, Romualdo Seixas destaca o orgulho que tem do jesuíta, indivíduo que, com o Brasil, possui uma relação de segundo nascimento, citando a carta que o padre escreveu ao Marquês de Minas e da qual surgiu a emblemática frase “que ao Brasil deve o segundo nascimento as obrigações de Pátria” (Seixas, 1856, p. 25), citação reproduzida por Varnhagen em a *História Geral do Brasil* (Varnhagen, 1877b, p. 726). Somado a isso, alguns anos antes, em 1847, Varnhagen havia publicado o *Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil*. Nele, o historiador, em uma breve passagem, projeta sobre Vieira a figura de um grande literato que fez ecoar a imagem da obscura colônia na Europa (Varnhagen, 1877b, p. 726). O historiador brasileiro entendia Vieira como propulsor de uma atividade literária, estimulando, inclusive, o aparecimento de escritores como Eusébio de Matos e Antônio de Sá. Alguns dos sermões do padre são exemplos dessa eloquência admirável, objetos de comparação com Félix Lope de Vega y Carpio (1562-1635), um dos mais saudados dramaturgos de seu tempo, tema que abordaremos em nosso último tópico.

Em linhas gerais, até meados do século XIX, a imagem de Vieira na historiografia brasileira esteve imbuída por um sentimento de nacionalidade. Por mais que fosse atestada sua nacionalidade portuguesa, a figura do padre servia como reafirmação de uma herança lusitana, elemento constitutivo do projeto nacional promovido pelo

IHGB. É importante destacar o que entendemos por formulação identitária nacional. Na esteira da fortuna crítica deixada pelos estudos de Manuel Luís Salgado Guimarães, entendemos que a identidade nacional moderna foi forjada por um conjunto de iniciativas, dentre as quais a historiografia desempenhou grande papel, sobretudo na construção de uma história nacional que pretendia “dar conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos” (Guimarães, 1998, p. 16). Para isso, a historiografia construiu um projeto de escrita da Nação, fazendo uso de um repertório de mitos e representações. Segundo Renato Amado Peixoto, a proposta identitária do IHGB esteve alinhada com a ideia de uma contiguidade idealizada entre Portugal e Brasil, da qual foi possível construir a mitologia da Nação:

*A ideia mesma da identidade seria adensada pela atribuição da ideia de transcendência ao centro, a saber, pela construção de contiguidade idealizada deste com um outro centro e outro espaço muito afastado, a antiga Metrópole e a Europa Ocidental. Desse modo, a operação do centro em direção às suas partes deixaria de ser apenas representada para ser transsubstanciada no espaço como um dos elementos da construção mitológica [...] (Peixoto, 2011, p. 14).*

A exemplo do que Peixoto compreende, leitura similar ao que Manoel Luís Salgado Guimarães propõe sobre o Instituto, a *História Geral do Brasil* de Varnhagen é uma clara manifestação da ideia de que o desenvolvimento histórico brasileiro foi desenhado como continuidade dos esforços portugueses na colonização. Nesse sentido, é prudente deduzir que a referência ao padre Antônio Vieira se integraria à escrita varnhageniana com a finalidade de reforçar a herança portuguesa na narrativa da Nação.

Em contrapartida à abordagem de Varnhagen, a biografia de João Francisco Lisboa, com quem teve diversos imbróglis (ver em: Santos, 2014, p. 87-100), procurou fazer uma denúncia histórica ao afirmar que o jesuíta foi o articulador da traição nacional por meio do Papel Forte (Lisboa, 1964, p. 67-68). Lisboa salienta a nacionalidade portuguesa de Vieira e afirma que o seu dever era para com a coroa portuguesa (Lisboa, 1964, p. 9).

Tanto a obra de Varnhagen quanto a de seus contemporâneos esteve em articulação com a experiência do tempo moderno, fenômeno que se iniciou entre as décadas de 1820 e de 1830, gerando uma crise conceitual, responsável por reações colaterais diversas e ambíguas (Araujo, 2011, p. 184). Desse modo, apesar de serem operações modernas, as escritas de Lisboa e de Varnhagen sobre Vieira fazem uso de racionalidades distintas. Segundo o biógrafo maranhense, não era possível considerar o

jesuíta um exemplo de nacionalidade, sobretudo, pelo seu envolvimento com o Papel Forte.

Para Varnhagen, se não era possível declarar Vieira como brasileiro por nascimento, sua ascendência portuguesa e o amor declarado à pátria brasileira tornariam o padre peça de uma engenhosa articulação. Se o jesuíta seiscentista não se configurou como unicamente brasileiro, uma identidade compartilhada legitimaria sua presença na gênese brasileira que se aventava por parte da intelectualidade brasileira do século XIX.

Pode se afirmar que Vieira foi um personagem de considerável importância na escrita de Varnhagen. Somado ao fato de que a documentação vieiriana era significativamente vasta sobre os aspectos políticos e culturais da colônia, Vieira foi um português criado e educado em terras brasileiras, sua ascendência portuguesa foi importante para o historiador brasileiro que o pôde entender como peça fundamental dentro de uma narrativa que buscava legitimar a história nacional a partir da sua herança europeia.

Curiosamente, a ascendência portuguesa de Vieira e o seu amor pelo Brasil, ao qual devia “obrigação de pátria”, em certos aspectos, possuem semelhanças com a própria vida de Francisco Adolfo de Varnhagen, que experienciou um complexo processo de adoção de naturalidade. Até que ponto tais similaridades podem nos explicar a leitura de Varnhagen sobre Vieira?

Varnhagen vivenciou um dilema: estar distante de sua pátria e narrar sua história, ao mesmo tempo que teve de brigar pelo reconhecimento de sua nacionalidade. Para o historiador Temístocles Cezar, entre os anos 1841 e 1842, um complexo e contraditório processo marcaria a adoção da nacionalidade brasileira. A questão ainda esteve relacionada à promoção hierárquica de Varnhagen no interior do exército português (Cezar, 2007, p. 168-169). Por conta disso, o historiador e diplomata sofreria ironias e desconfianças acerca de sua lealdade à nação brasileira.

Transferido para o Brasil em 1809, Friedrich de Varnhagen recebeu a missão de dar início à siderurgia nacional na Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, sediada na cidade de Sorocaba, onde Francisco Adolfo de Varnhagen viveu os sete primeiros anos de sua vida. No ano da independência do Brasil, Friedrich de Varnhagen viajaria à Europa com uma licença ilimitada para circular pelo continente, deixando o restante da família no Rio de Janeiro. Em outubro de 1823, Varnhagen pai levaria os seus filhos para Portugal. Na Europa, o seu filho iniciaria seus estudos e sua carreira e lá residiria a maior parte

da sua vida. Em Lisboa, no ano de 1825, ingressaria no Real Colégio da Luz. Já em 1833, ingressaria no exército português (Cezar, 2007, p. 166-167), quando esse lutava pela restauração portuguesa. A decisão, ainda que apontada pelo próprio Varnhagen como fanatismo da idade, permitiu que ele conquistasse notável promoção hierárquica.

Do seu ingresso no exército decorre um problema que perduraria por toda sua vida. Em 1840, Varnhagen partiu para o Brasil ao saber que tramitava uma lei a qual permitiria a repatriação de brasileiros que viviam no exterior, aproveitando a oportunidade para reforçar seus laços patrióticos. O propósito era o de reconquistar sua nacionalidade, condição ameaçada pela experiência militar portuguesa. Desse modo, arquitetou um plano: solicitaria uma improvável ascensão hierárquica ao seu superior militar, o que forçaria o seu desligamento do exército (Varnhagen, 1961, p. 101). Não sabia Varnhagen que seu processo já tinha sido aprovado e, portanto, estava definida sua nacionalidade.

Brasileiro por decreto e historiador por ato oficial, Varnhagen foi nomeado, em 19 de maio de 1842, adido de primeira classe na legação brasileira em Portugal, feito conquistado em grande medida pela publicação de *Reflexões críticas sobre o escripto do seculo XVI*. Seria o início da sua jornada nos arquivos europeus. Em abril de 1851, embarcou para o Brasil em decorrência da convocação do ministro Paulino José Soares de Sousa, cujo intuito era o de recrutar um diplomata na condição de *expert* em história e em geografia, conhecimentos necessários para as negociações a respeito dos limites entre as repúblicas hispano-americanas e as Guianas europeias<sup>4</sup>. Embora historiador e diplomata de renome e de destaque nacional, seu processo de reconhecimento de naturalidade geraria certas ironias, como a suscitada por José Inácio de Abreu e Lima, que considerava Varnhagen filho de alemão e de uma senhora que não era brasileira<sup>5</sup>. Abreu e Lima lamentava ainda que a obra *História Geral do Brazil* tivesse sido escrita por um estrangeiro – “era doloroso ver, dizem os editores, que a História do Brasil tivesse se tornado uma especulação estrangeira” (Lima, 1844, p. 11).

Em certa medida, é possível perceber similaridade entre Varnhagen e Antônio Vieira, personagem também envolto por uma polêmica acerca de sua nacionalidade. É nesse sentido que Varnhagen, ao afirmar que o jesuíta fazia ressoar na Europa a obscura colônia, entende que o valor de um personagem histórico nacional não se limita ao seu local de nascimento. Condição análoga à dele, o qual, enquanto historiador e diplomata, filho de pai estrangeiro,

<sup>4</sup> *Memoria sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com algumas lembranças para a demarcação destes*. BN/RJ, mss. 21 folhas 7, 4, 87.

<sup>5</sup> No texto em que refuta Abreu e Lima, Varnhagen afirma que sua mãe teria nascido em São Paulo, em contrapartida à afirmação de Abreu e Lima, na qual considerava Varnhagen “filho de alemão e de uma senhora que não era brasileira” (Varnhagen, 1846, p. 5).

figura saudada na cultura portuguesa e que passara boa parte de sua vida longe de sua pátria, teve de provar ser um legítimo indivíduo brasileiro.

As similaridades entre Varnhagen e Vieira podem nos explicar em parte a importância narrativa de Vieira em Varnhagen, mas estaríamos simplificando radicalmente a questão. O jesuíta que chegou a Varnhagen era um personagem histórico já reverenciado por escritas nacionalistas portuguesas, um gênio saudado por expressivos intelectuais portugueses. Com isso, para que se entenda como a ambivalente nacionalidade do padre jesuíta foi fabricada, é necessário que compreendamos como o personagem português foi formulado.

## Varnhagen e a cultura identitária portuguesa: a secularização dos mitos fundantes

Antes de Fernando Pessoa intitular Vieira como “imperador da língua portuguesa” (Pessoa, 1986, p. 1164), existe, desde o século XVIII, uma série de escritas que elevaram a figura do padre Vieira à condição de cânone nacional português. Nesse tópico, trataremos como a escrita de André de Barros, narrativa responsável por inserir o jesuíta no imaginário identitário português, e a geração romântica portuguesa da década 1840, que secularizou os mitos em torno do padre jesuíta, interceptaram a leitura de Varnhagen sobre a figura histórica de Antônio Vieira.

A incidência da escrita histórica dos séculos XVII e XVIII em Varnhagen nos sugere uma relação constituída não só de rupturas, mas também de certas continuidades, algo que Kleber Clementino aponta ao tratar da influência de autores do Antigo Regime na feitura da *História Geral do Brasil e História das lutas com os Holandeses no Brasil*. Para Clementino, a interpretação varnhageniana sobre a Guerra Holandesa (1624-1654) possui significativas similaridades com as escritas de Duarte de Albuquerque Calado e Manuel de Albuquerque (Clementino, 2018). Em nosso caso, iremos abordar a aproximação do historiador brasileiro com o escritor português setecentista André de Barros.

Escrita 57 anos após a morte de Antônio Vieira, a hagiografia deixada por André de Barros (1675-1754), *Vida do apostólico Padre Antônio Vieira*, é um extenso texto que narra a vida e a importância do jesuíta para Portugal. Encomendada pela Academia Real da História Portuguesa,

a hagiografia esteve inserida no projeto identitário, que procuramos enquadrar como protonacional<sup>6</sup> (Hobsbawm, 2011, p. 63-94). Nesse sentido, a Academia Real da História Portuguesa foi uma tentativa do rei e de sua corte de consolidação da identidade, projeto em que se pretendia formar as bases para uma didática da história e da geografia portuguesas, exemplo de como a Coroa dependia das instituições para sua consolidação. Para tanto, D. João V pretendia fazer de Lisboa não só uma capital do poder régio, mas também um centro de produção e de difusão cultural. Segundo Isabel Mota, o projeto encetado pelo então rei “acompanhou-se portanto numa centralização cultural, onde a solidez da rede acadêmica e o mecenato régio, sobretudo com a Academia Real da História Portuguesa, vão a par com uma migração dos homens de talento para a capital” (Mota, 2003, p. 197).

A relação imbricada entre Estado e instituições indica um complexo fluxo de jogos e negociações políticas. Nesse sentido, D. João V não só criou uma instituição cujo objetivo era construir uma cultura comum, mas também propiciou a integração e a socialização das elites dirigentes leigas e eclesíásticas (Kantor, 2004, p. 30), ponte para uma possível consolidação do Estado, apontando uma direção para uma pretensa uniformização<sup>7</sup> da Pátria, na qual a escrita histórica do império português era fundamental.

Vejamos como o hagiógrafo jesuíta declarou Vieira como a “glória da nossa Nação”, personagem fundamental para a história de Portugal, selecionando fragmentos de sua vida e produzindo uma escrita exemplar, recortando e criando um personagem apto a uma grande narrativa nacional:

*O Padre Antonio Vieyra, gloria da nossa nação, inveja das estranhas, ilustre imortal da Companhia de Jesus, é o elevado assunto desta história. A Pátria lhe deu o título de Grande, o Mundo todo o admirou ainda maior, e será seu nome em todos os séculos ocupação da fama. [...] Nós porém, não para dar luz, mas para a receber do mesmo argumento oferecemos aos desejos da Pátria deste pequeno retrato, que dirá em mudas vozes ao Universo ser a Lusitânia região tão feliz que em todas as idades costuma produzir homens gigantes (Barros, 1746, p. 2).*

Logo na contracapa o autor apresenta Vieira, tratando-o como gigante, não só para Portugal, como para o restante do mundo. Um homem destinado a se entregar

<sup>6</sup> A respeito desse tema, empregamos o termo “protonacional”, como apresentado por Hobsbawm, para classificar o projeto identitário da Academia Real de História Portuguesa enquanto em estado de transição para o conceito moderno de Nação. É necessário alertar que existe uma complexidade em torno da questão (ver em: Mota, 2003; Kantor, 2004).

<sup>7</sup> Queremos alertar o leitor para a distinção entre o conceito moderno de nação, vigente a partir do século XIX, e a concepção de *natio-onis*, comum aos séculos XVI e XVII, para que se evitem possíveis leituras anacrônicas. Robert Lenoble esgarça o conceito de *natio-onis*, entendendo que sua matriz conceitual está estreitamente ligada à palavra latina *natura*, que, por sua vez, se liga à raiz *nasci* (nascer), servindo para identificar pessoas a partir do local de nascimento (Lenoble, 2002, p. 193).

ao mundo, que ainda na infância viajara à Bahia e lá já se anunciava um grande orador. Um gigante que desde o berço já estivera destinado a servir à Companhia e a restaurar a coroa portuguesa, o homem “que podia influir na Grão Cabeça do Mundo está só a Cabeça de Portugal” (Barros, 1746, p. 48-49). A direção dada por Barros no desenvolvimento narrativo da hagiografia cria a ideia de que a vida do jesuíta esteve destinada a revelar não só a grandiosidade de Portugal perante o mundo, mas também a sua distinta genialidade.

É prudente afirmar que a postura de Barros esteve alicerçada no mito do universalismo ultramarino, fundado em uma concepção profética de império, formulada por Fernão de Oliveira (Franco, 2000), seguida das contribuições de João de Barros, de Camões e do próprio Antônio Vieira, nas quais é nítida a ideia de Portugal enquanto grande desbravador dos mares, pioneiro do novo mundo ou grande império universal (Pimentel, 2008, p. 11). Portanto, a ideia de que em cada português existe uma natureza desbravadora e expansionista, dádiva herdada pela figura bíblica de Tubal<sup>8</sup> e que culminaria com o pioneirismo ultramarino, desdobra-se em André de Barros com o objetivo claro de colocar Vieira como um dos maiores expoentes de Portugal, restaurador do orgulho lusitano.

Assim, essa ideia percorre toda a escrita de Barros, dando enfoque às constantes viagens de Vieira tanto para Holanda, França, Suécia, Roma, Londres ou Espanha quanto pelo Novo Mundo. Seja por sua qualidade oratória, diplomática ou teológica, o Vieira de Barros é um homem invejado por todas as pátrias, desbravador do mundo, cujo objetivo era tornar grande sua Nação e seu Deus, fazendo jus à ideia de universalidade portuguesa.

De modo análogo, em Varnhagen a experiência diplomática do padre pela Europa ratifica o empenho do historiador em validar o reconhecimento internacional de sua narrativa. Em o *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, texto escrito em 1847, Varnhagen entende o padre como um indivíduo de distinto compromisso moral, um verdadeiro agente da regeneração colonial brasileira, personagem responsável por projetar internacionalmente a imagem do Brasil:

*O pe. Vieira, com seu gênio vivo e grande eloquência, foi, por meio de seus sermões, um dos mais poderosos agentes que contribuíram para a regeneração moral, e até literária, da nova colônia. (Varnhagen, 1847, p. 4).*

O trecho citado acima nos faz recordar a necessidade de legitimação geopolítica externa de uma pretensa soberania nacional. Nesse sentido, o Vieira de Varnhagen é, a princípio, um dos personagens que projetou o valor do Brasil pela Europa. De modo semelhante ao que pode ser visto na biografia de André de Barros, o historiador brasileiro exalta o valor de Vieira perante o Mundo – “e certo é que associado ao seu brilhante nome ajudou no século XVII, a fazer ressoar na Europa o desta então obscura colônia” (Varnhagen, 1877b, p. 726). Dessa forma, Vieira passou a ser incorporado à narrativa nacional brasileira como personagem de visibilidade brasileira em meio ao cenário europeu.

Portanto, no processo de seleção dos personagens que compõem a costura de uma narrativa nacionalista, a experiência política e diplomática dos agentes históricos surge como um importante critério de escolha. É fundamental ressaltarmos que Varnhagen possuía significativa experiência diplomática. Para Mauro Filho Vieira, o historiador e diplomata brasileiro sabia que o processo de afirmação nacional não se promoveria em um vazio político sul-americano:

*Atento a essa dimensão, dedicou-se a questão da navegação do rio Amazonas e das fronteiras com potências europeias ao Norte, nas Guianas. Ademais, sua ampla experiência diplomática adquirida em missões permanentes na América do Sul – Santiago, Lima e Quito, além de viagens de negociação a Assunção e Caracas – e na Europa – Lisboa, Madri e Viena – conferiu-lhe ampla visão do panorama mundial (Vieira, 2016, p. 8).*

A diplomacia está presente na escrita do historiador como uma dimensão, um instrumento de representatividade. Nesse caso, podemos pensar a experiência diplomática do padre Vieira na década de 1640 e a influência e o sucesso de suas pregações em Roma na década de 1670 como episódios exemplares de projeção diplomática na Europa, revestindo a imagem do padre de um valor político e diplomático.

Para chegar a tal imagem, inventada por Barros e apropriada por Varnhagen, o hagiógrafo faz da infância de Vieira um ponto de partida prospectivo. A trama hagiográfica é tomada pelas inúmeras vicissitudes enfrentadas por Vieira, que só reforçam suas qualidades e expressam a força que o jesuíta possuía para superá-las. Para Barros, a enfermidade que tomou Vieira ainda garoto, logo em seu ingresso na Bahia, já prenunciava sua grandeza: “não

<sup>8</sup> A ideia parte do pressuposto que Tubal, filho de Jafé e neto de Noé, dois séculos após o dilúvio, povoou a região da Ibéria. Esse mito surgiu com a obra de Flavius Josephus, *De Antiquitate Judaica*, no século I a.C., e ganhou força no final século XVI, com a obra de Fernão de Oliveira, *História de Portugal*. De acordo com Manuel Cândido Pimentel, Fernão de Oliveira fundamentou a descendência portuguesa por meio de uma genealogia histórica que liga os tubales aos lusitanos (Pimentel, 2008, p. 10-12).

morreria o menino, porque Deus o guardava para cousas grandes, para crédito da Nação Portuguesa, e para honra da Companhia de Jesus” (Barros, 1746, p. 6).

Considerando que a obra do jesuíta André de Barros é uma escrita com manifesto objetivo religioso, logo nela estão implícitas algumas relações de interlocução, pelas quais se afirma que um discurso religioso transita narrativamente entre o plano temporal e o espiritual (Orlandi, 1987, p. 239-262). Na escrita de André de Barros, no entanto, é necessário atentar para questões específicas. Em língua portuguesa, a primeira hagiografia foi produzida em 1513 por D. Manuel, momento em que foram publicadas a *Vita Sancti Brandani Abbatis*<sup>9</sup> e a *Vita Sanctae Senorinae Virginis*<sup>10</sup>, por exemplo. Destacou-se então a *Flos Sanctorum*<sup>11</sup>, e a coleção foi reeditada posteriormente diversas vezes, também datada do início do século XVI. O papel do indivíduo na narrativa hagiográfica submete-se à providência divina, em uma assimetria fundamental da interlocução, cujas lacunas da factualidade estão no âmbito do inefável (Orlandi, 1987, p. 239-262). Em uma hagiografia, o ser narrado é submetido ao *logos* divino. Para ele e por ele, todos os fatos guardam relação entre si.

Segundo Reinhart Koselleck, a *historia magistra vitae*, *topos* ciceroniano difundido no Ocidente por cerca de dois mil anos, tornava a história humana instrumento apropriado para “comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas” (Koselleck, 2006, p. 45). O percurso histórico dos notáveis homens seria então capaz de atribuir o sentido de imortalidade à história, servindo de instrução para a vida. De acordo com François Hartog, o regime de historicidade antigo, seguindo o modelo de retórica amplamente associado a Cícero, tornava a “opção pela narração de vida um forte instrumento pedagógico” (Hartog, 2006, p. 16). Surgida no contexto helenístico, a *historia magistra vitae* foi apropriada pelo cristianismo católico nas escritas hagiográficas, nas quais o martírio dos santos e sua devoção à fé cristã são exemplares, oferecendo caminhos para uma vida ideal.

Diferentemente de tal hagiografia, patrocinada pela Coroa e pela Igreja, a escrita sobre Vieira em Var-

nhagen segue uma lógica moderna. Em Varnhagen, a representação da Igreja, por mais necessária que fosse à explicação do processo civilizatório brasileiro, esteve associada ao projeto identitário do IHGB, cujas narrativas produzidas estiveram fundadas sobre uma experiência de tempo moderna (Koselleck, 2006). Nesse sentido, a escrita do Instituto esteve alicerçada na ideia de progresso, estruturada em um tempo do devir histórico, cujo passado, o *telos*, projetou sobre o futuro uma linha de desenvolvimento evolutivo. Isto é, a ruptura temporal de que estamos tratando firma-se em uma progressão dos valores civilizatórios, necessária para representar o crescimento e a emancipação da Nação. É com essas observações que devemos atentar para a relação de Varnhagen com André de Barros, costurada entre formas de se conceber o tempo diferentes.

Certamente existem correlações entre a hagiografia barrosiana e a escrita de Varnhagen. No entanto, é necessário que outros diálogos sejam matizados para que possamos dimensionar as aproximações do historiador brasileiro com os projetos identitários portugueses. Por mais elogiosa que seja a abordagem de Varnhagen ao padre Vieira, há um processo de secularização da aura mítica a qual pairava sobre a figura do jesuíta, que muito se deve à geração de intelectuais portugueses surgidos em meados do século XIX. Imbuída de um conceito romântico, fundado em uma aproximação entre a história e a literatura, uma emergente imprensa de divulgação popular surgia quando Varnhagen iniciou seus estudos em Portugal<sup>12</sup>. Jovens autores como Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), Diogo Kopke (1808-1844) e Herculano (1810-1877) faziam parte de uma nova geração de estudiosos entusiasmados com a descoberta de novas fontes e a redefinição das origens nacionais lusitanas.

Em 1839, Varnhagen colaboraria com o periódico *O Panorama*, fundado em 1837 e dirigido durante dois anos<sup>13</sup> por Herculano (Catroga, 1996, p. 41), a quem Varnhagen considerou “grande amigo” (Protásio, 2014, p. 31). A revista, que servia como veículo discursivo para uma nova geração de intelectuais, foi responsável por

<sup>9</sup> Escrita pelo monge irlandês São Brandão (484-577), a hagiografia conta a viagem de São Brandão que, acompanhado por um numeroso grupo de monges, sai da sua abadia de Shanakeel, costa ocidental da Irlanda, em trajeto que tem como destino a Ilha das Delícias (Asfora, 2003, p. 6-8).

<sup>10</sup> A *Vita Sanctae Senorinae Virginis* (século XVII) narra a vida da Santa Senhorinha de Basto. Em língua portuguesa arcaica, a hagiografia recebeu o nome de *Vida e Milagres de Santa Senhorinha* (Oliveira, 2016, p. 15).

<sup>11</sup> Foi uma coleção hagiográfica da vida de santos, importante para a iconografia da arte cristã. A versão em português recebeu um acréscimo textual, como aponta Cristina Sobral: “Dos dezessete textos acrescentados pelo tradutor português do *Flos Sanctorum* de 1513, só dois mereceram verbete próprio, Iria e Gonçalo, apesar de outros serem igualmente sobre santos portugueses (como Veríssimo, Máxima e Júlia, ou Goldofre, por exemplo) e de outros ainda conterem informação exclusivamente portuguesa, como S. António” (Sobral, 2007, p. 3).

<sup>12</sup> Tanto o pai quanto o filho, José Adolfo Varnhagen, possuíam estreita relação com a cultura e as instituições de saberes portuguesas. O historiador estudou matemática no Real Colégio Militar, terminou os seus estudos na Real Academia de Fortificação, além de combater nas hostes liberais, chegando a alcançar o posto de 2º tenente de artilharia. Até 1840, Varnhagen permaneceu em Portugal. No mesmo ano, o futuro historiador retornaria ao Brasil, onde não permaneceria muito tempo, já que em 1842 estaria em terras lusitanas para dar continuidade à sua sólida formação portuguesa, quando sua relação com a Academia das Ciências de Lisboa é iniciada. Nela, tanto Varnhagen pai quanto o filho conseguiram se alçar à categoria de sócios-livres. A instituição que se renovou com um novo fôlego nacionalista, sob a direção do secretário perpétuo, Joaquim José da Costa de Macedo, e com o notável apoio de D. Fernando II, celebrado rei consorte português, restabeleceu um novo projeto, construindo uma rede de conexões internacionais com academias e grupos intelectuais que despontavam em outros espaços.

<sup>13</sup> Durante dois anos, a revista *O Panorama* foi dirigida por Alexandre Herculano, de 6 de maio de 1837 a 13 de julho de 1839.

aproximar estudiosos portugueses e brasileiros, tornando o Brasil um dos temas de estudo. Com isso, a partir de 1839, começariam a surgir importantes trabalhos de Francisco Adolfo de Varnhagen, os quais culminariam na escrita do seu clássico *História Geral do Brazil*:

*É na Coleção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas, da Academia das Ciências; na Revista trimestral, do Instituto; e na tipografia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, onde era impresso O panorama, que Varnhagen vai projectando fontes e textos historiográficos progressivamente mais sistemáticos, maduros e aprofundados, os quais irão culminar na sua História geral do Brasil (Protásio, 2014, p. 28).*

Durante esse tempo, o jovem historiador brasileiro manteve contato mais próximo com o vice-presidente da Academia, Frei Francisco de São Luís, além do já mencionado Alexandre Herculano, uma das figuras mais importantes da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

Herculano, inclusive, ficaria conhecido na década de 1840 pela publicação de sua *História de Portugal*, reconhecida como a primeira obra historiográfica moderna portuguesa. Nela, o historiador português contesta a veracidade científica do mito da *Batalha de Ourique*. Por outro lado, a ideia do pioneirismo ultramarino ainda é colocada como fundamento da nacionalidade portuguesa. O mito fundador que Herculano promoverá é reprocessado sob uma lógica laica, o que de algum modo reverberaria na narrativa de Varnhagen e na sua postura perante o papel da igreja na história brasileira. Isto é, ao laicizar as origens ultramarinas portuguesas, Herculano procura pontuá-la como objeto da história, estabelecendo um limite entre a fábula e a ciência, operação que também podemos notar na escrita varnhageniana. No que concerne à relação entre a história e a literatura, é fundamental pontuarmos brevemente certa consideração. E, para isso, tomamos as palavras de Francisco Régis Lopes, ao “perceber como elas se usam para se fazer legítimas” (Ramos, 2015, p. 170).

Varnhagen circulou entre uma intelectualidade portuguesa bastante expressiva. Possuía uma amizade com Almeida Garrett, sendo inclusive seu vizinho quando morou na zona do Chiado. Outro relacionamento a ser destacado é com o barão de Eschwege e, além desse, principalmente, o mantido com D. Fernando II: “a con-

vivência com D. Fernando II foi também, ao que parece, franca e aberta; e Varnhagen terá certamente utilizado a biblioteca do rei” (Pereira e Carneiro, 1999, p. 16). No que diz respeito a tais aproximações, podemos pensar em como elas foram fundamentais para o desenvolvimento da formação intelectual do jovem historiador. Destarte, é possível depreender como Varnhagen esteve presente na construção de um novo projeto de nacionalidade português, agora mais voltado ao pensamento político liberal. O historiador brasileiro respirou as mais entusiasmadas ideias nacionalistas portuguesas da década de 1830-1840, ao mesmo tempo que foi influenciado pelas ideias românticas e pelo espírito cientificista da época.

Não se pode afirmar que a geração que surgiu na década de 1830 se estabeleceu em uma relação de ruptura total com o imaginário mítico português. É comum percebermos a procura por patrocínio, “impulso e a amizade de homens mais velhos, já com uma obra e um percurso intelectual e acadêmico marcados” (Protásio, 2014, p. 30). São exemplos disso: João Pedro Ribeiro (1758-1839) e Frei Francisco de São Luís, futuro Cardeal Saraiva (1766-1845), os quais, após 1834, surgem na Academia das Ciências de Lisboa como membros tutelares. Grande parte da historiografia portuguesa moderna, de algum modo, apropriou-se de substratos culturais já difundidos em uma tradição letrada portuguesa, sobretudo os historiadores que se propunham a representar o império universal português, revelando certas similaridades com a hagiografia de Barros. É nesse sentido que devemos pensar a relação de Varnhagen com os projetos identitários portugueses, aproximação que nos indica a secularização dos mitos fundantes da Nação. A aproximação de Varnhagen com a intelectualidade portuguesa está longe de ser esgotada em nossas breves considerações, mas ela nos serve para indicar que a secularização dos mitos fundantes da Nação tangenciou a escrita do historiador sobre Vieira. Isto é, trata-se de um personagem recortado, conformado aos pressupostos de uma narrativa nacionalista.

## O gênio e sua ambiguidade: um recorte do personagem

A presença de Vieira na obra é extensa<sup>14</sup> e mereceu uma ilustração, o que evidencia a notoriedade e a importância de sua figuração na narrativa varnhageniana. No entanto, é importante questionarmos qual a função narrativa que

<sup>14</sup> Fizemos um levantamento quantitativo dos termos “Nóbrega”, “Anchieta” e “Antonio Vieira”. São esses os três jesuítas mais citados por Varnhagen na segunda edição da *História Geral do Brazil* (Tomos 1 e 2). O padre Anchieta surge na escrita de Varnhagen com 17 citações diretas; o termo “Nóbrega” aparece em 28 momentos. O padre Antônio Vieira, que é tratado somente por “Vieira” (nesse caso, tivemos o cuidado com as aparições do termo, o qual poderia se referir também a João Fernandes Vieira, por exemplo), foi referenciado em 68 ocasiões. É importante salientar que o levantamento quantitativo possui suas limitações. A ideia não é mensurar o prestígio que Varnhagen confere ou não a cada um dos referidos jesuítas, mas apresentar um quadro de ocorrência.

o jesuíta desempenha na escrita varnhageniana. Isto é, o padre Vieira figurou como herói na *História Geral do Brasil?*

Como afirma Ernest Curtius, a ideia de herói na cultura ocidental é construída sob a ótica do valor de nobreza (Curtius, 2013, p. 221). Nobreza como postura diante das intempéries, na qual o sacrifício é fundamentalmente um valor de orientação prática. Nessa perspectiva, o heroísmo histórico projeta uma reafirmação do dever cívico, transborda a condição comum do homem ordinário – “é alguém que afirma a sua própria vida como sacrifício no altar da pátria” (Khaled Jr., 2010, p. 150), representa o desaparego em nome de algo maior.

Para Januário Barbosa, a história é lugar fecundo de heróis (Barbosa, 1839, p. 9-17). O caráter pedagógico é o de garantir a visibilidade de suas vidas – “seguir os seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional” (Barbosa, 1839, p. 9). Temístocles Cezar entende que ao historiador é conferida a condição divina de criar sua própria providência. Trata-se de pensar o heroísmo como recurso narrativo dentro de uma trama, afinal “resta saber se o grande homem é um herói acabado ou um candidato a herói” (Cezar, 2004, p. 18).

Vieira não chegou a figurar como um herói na *História Geral do Brasil*, função desempenhada por André de Negreiros, por exemplo. Antes que se suponha que todo grande homem foi um herói, é crucial entendermos que a própria noção de heroísmo se distingue de outras notabilidades. Assim, Varnhagen subdivide os filhos da Nação:

*A nação acata nos filhos, e ainda mais nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos indivíduos que lhe deram ilustração e glória, como nós em sociedade veneramos até as suas relíquias; e não só o cadáver, como a espada do heroe, que morreu pela independência da pátria; a penna do escriptor que a illustrou pelas letras; o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes (Varnhagen, 1877a, p. 152).*

O herói, o sábio e o rei são figuras dentro de um conjunto que se entendia dos grandes homens. E, como pode ser vista a seguir, a imagem do padre se remete, sobretudo, à sua atividade letrada, manifestada desde sua juventude. Segundo Varnhagen, a vocação para a escrita já acompanhara Vieira desde sua mocidade: “ainda então mui joven, mas já manejando a penna com a facilidade, lucidez e brilho, com que veio mais tarde a distinguir-se tanto nas letras” (Varnhagen, 1877b, p. 685). Desse modo, o jesuíta é graficamente ilustrado em imagem sentado à mesa, escrevendo, fazendo o que para Varnhagen o tornara genial. (Varnhagen, 1877b, p. 727).

Segundo Maria da Glória Oliveira, a ideia de homem distinto estava correlacionada ao que não era

comum, nem do povo (Oliveira, 2007, p. 165). A palavra e a ação, *topos* da cultura portuguesa, estavam sedimentadas no ideal de humanismo cívico *sui generis* (Rebello, 1982, p. 39), servindo como fontes balizadoras nas produções bibliográficas. O trecho de Camões no canto V dos *Lusíadas*, “mas nua mão a pena e noutra a lança” (Camões, 1963, p. 136), é sintomático de uma ideia que possuiu grande receptividade na historiografia oitocentista. Na literatura espanhola, Miguel de Cervantes e Calderón de La Barca e, em Portugal, João de Barros eram expoentes da fórmula pluma e espada, modelo estruturante de notabilidade que postulou o que se tornaria digno de ser immortalizado e louvado. Afinal, “Distintos por Letras, Armas, Virtudes” foi título de uma seção da revista do IHGB até que, no ano 1850, receberia o nome *Biographias de brasileiros distintos ou de indivíduos illustres que serviram no Brasil*, mantendo a mesma fórmula de organização editorial.

A conjunção entre a palavra e a ação provinha da cultura ibérica. A hipótese que defendemos é a de que, anterior à formação do IHGB, foram construídos, mesmo que de modo efêmero, esboços de escrita sobre o Brasil, que encetavam o heroico e o lírico como elementos de estrutura narrativa. Ao que parece, o *topos* presente na historiografia brasileira foi uma adaptação da lança e da pluma de Camões. Essas serviram como motes de produção para a identificação dos homens notáveis e se desdobram na constituição do IHGB enquanto instituição promotora do saber histórico.

Segundo Arno Wehling, a centralização política, lograda no processo de construção nacional, conformava, junto ao rei, a burocracia e “seus intelectuais, o papel de amálgama da nacionalidade” (Wehling, 1999, p. 119). Certamente, o valor da representatividade intelectual que o próprio Varnhagen projetava enquanto escrevia junto ao IHGB alcançava também os outros expoentes que séculos antes já manifestavam a atividade erudita nos trópicos. Ao passo que a literatura desempenhou função crucial no desenvolvimento da nacionalidade, por meio da simultaneidade temporal (Anderson, 2008, p. 51-63), a construção da história da literatura não foi menos importante nesse processo. No *Florilégio da poesia brasileira*, o historiador sorocabano afirmou a existência de uma literatura brasileira no século XVII. Distinta da literatura lusitana, a literatura brasileira já demonstrava sua nacionalidade e possuía estética própria.

Quando Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1850, publicou o primeiro volume do *Florilégio da Poesia Brasileira ou coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos*, além da introdução de sua obra, que veio a receber o título de *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, o que estava em jogo era a criação de um critério de nacionalidade enquanto parâmetro estético para a seleção

das poesias e das produções literárias. Afrânio Coutinho, Antônio Cândido e Wilson Martins consideraram a obra de Varnhagen a primeira da história da literatura brasileira (Cândido, 1981, p. 350; Coutinho, 1968, p. 13; Martins, 1952, p. 68-69), ideia controversa, já que o *Parnaso Brasileiro*, do Cônego Januário da Cunha, tinha sido publicado em 1829<sup>15</sup>. É certo que o impacto do texto não é absoluto, mas é inegável que tenha se tornado a grande referência para a compreensão do que foi a literatura nacional, “além de fontes de consulta constantes para os interessados na história literária brasileira já no século XIX” (Cezar, 2007, p. 170). Assim, Varnhagen estabeleceria ao menos duas condições para que obras pudessem ser incluídas no *Florilégio*: ser textos com temas brasileiros ou criados por autores nascidos no Brasil. Segundo Luís Roberto Velloso Cairo, o texto do historiador brasileiro se consolidou como critério de identificação da literatura brasileira, consagrando-se como elemento organizador do patrimônio literário (Cairo, 1995, p. 47). Instituiu-se, desse modo, o cânone do Romantismo que, posteriormente, se tornaria paradigma para a história da literatura, assim como para os panteões e as galerias.

*Dadas estas razões, parece obvio que a pronúncia ou accento peculiar ao Brazil, já na epocha de que nos vamos occupar, seria a mesma que hoje. Havia de ser pois a do Pe. Vieira, pelo menos creado no Brazil desde mui moço. Também seria a pronúncia de Eusebio de Mattos, que nunca do Brazil saiu, e talvez mesmo a de seu irmão Gregorio de Mattos, poeta satyrico, de que adiante trataremos com mais extensão (Varnhagen, 1847, p. 4-5).*

Nesse sentido, Vieira seria um agente inaugurador e propulsor para outros grandes nomes como Antônio de Sá e Eusébio de Melo. Varnhagen criou a premissa de que a originalidade da literatura brasileira já tinha sido manifestada no século XVII. Em 1916, tal construção se desdobraria com a *História da Literatura Brasileira* de José Veríssimo, que postulava uma autonomia da literatura nacional (Veríssimo, 1981, p. 23). Para chegar a tal conclusão, o historiador brasileiro entendeu os sermões como exemplo de grande eloquência, motivo de comparação com Félix Lope de Vega y Carpio (1562-1635), um dos mais saudados dramaturgos de seu tempo:

*Este foi, além disso, o primeiro brasileiro que se deu à poesia religiosa. E, por uma notável singularidade, a guerra contra os holandeses, que foi um tônico para o povo, que serviu de motivo de inspiração a Vieira de muitos de seus rasgos mais eloquentes, que lembrou mais uma comédia ao imortal Lope de Vega (Varnhagen, 1847, p. 4).*

A importância em reconhecer, no desenvolvimento histórico brasileiro, os elementos de uma dada virtude letrada reforçava a ideia de uma literatura brasileira já consolidada. Se foi possível pensar em uma literatura brasileira original, só o foi pelo uso de um sistema de preceitos culturais já partilhado e reconhecido na Europa. Desse modo, ao resgatar autores com significativa expressão europeia, como foi Antônio Vieira, o que se aventava era criar uma história da literatura assentada em nomes saudados e recomendados.

A moralidade e estética literária de Vieira foram elementos que Varnhagen tomou para saudar a figura do jesuíta na história da literatura nacional. Essa mesma formulação se encontra presente em a *História Geral do Brazil*. No que tange à escrita, Varnhagen segue afirmando:

*Concluiremos declarando quanto reconhecemos que era o Pe Vieira dotado de espirito agudo e prompto, bastante instruído, de muito engenho, e fácil e sentencioso no dizer. O seu estylo, corrente e vivo, é as vezes magestoso. Sua linguagem é sempre correctá, agradável e pura (Varnhagen, 1877b, p. 728).*

O estilo agudo e a linguagem sempre correta configuram a leitura sobre o padre, mas também é costurada por outras análises. Nelas, o historiador brasileiro constrói mais camadas do padre Vieira. Para analisar a qualidade erudita e retórica de Vieira, o historiador referenciou o Bispo de Viseu<sup>16</sup>, exaltando a vastíssima compreensão e clareza do jesuíta em tornar palpável o conhecimento profundo:

*Como litterato deixaremos que o critique um dos seus mais respeitáveis juizes, o bispo de Vizeu D. Franc. Alex. Lobo: o gênio de Vieira, diz este exímio acadêmico, bem que raro e sublime, não foi completo. A entendimento estupendo, a memória felicíssima, não se*

<sup>15</sup> O *Parnaso Brasileiro* ou coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas, texto datado de 1829, cuja autoria é do Cônego Januário da Cunha Barbosa, tomava como modelo o *Parnaso Lusitano*, publicado em 1826 por Almeida Garrett. Em 1842, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Emílio Adet lançaram o *Mosaico Poético, poesias brasileiras antigas e modernas, raras e inéditas, acompanhadas de notas, notícias biográficas e críticas, e de uma introdução sobre a literatura nacional*. Em 1843, seria publicado o *Parnaso Brasileiro ou seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil precedido de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira*, de J. M. Pereira da Silva. O autor, com declarado intuito de prosseguir com o texto do Cônego Januário da Cunha Barbosa, estabeleceu o compromisso patriótico como critério de seleção para o seu cânone literário (Cairo, 1995, p. 46).

<sup>16</sup> O escrito biográfico do bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo, *Discurso histórico e crítico acerca do padre Antônio Vieira*, é um exemplo do proselitismo em favor da memória vieiriana. Escrita por volta do início do século XIX e republicada em 1897, a obra, assim como a biografia de André de Barros, tende a exaltar os feitos do jesuíta e sua importância para a história da pátria lusitana. Para o bispo de Viseu, Vieira foi um amante da religião e de sua pátria – mesmo que muitas vezes elas não o tratassem devidamente – criando a imagem do jesuíta como um personagem injustiçado pela história (ver em: Lobo, 1897).

*ajuntou poderosa fantasia e imaginação rica e suave, que tudo pinta, tudo anima, tudo torna interessante, ou com viva propriedade de cores, ou pelo grave movimento e vida das imagens, ou por mimosa brandura de affectos. A comprehensão era vastíssima, a elevação ou profundidade eram, soffra-se um termo encarecido, immensas, a rectidão e coherencia e até a prontidão eram realmente admiráveis. A todos os objectos, a todas as matérias abrangia, como disposto e preparado para todos. As mais remontadas questões sabia, sem lhes diminuir a autoridade, pôr ao alcance fácil dos ouvintes e leitores: as mais profundas sabia tirar do seu abysmo e fazer accessíveis ao conhecimento vulgar; as mais obscuras sabia trazer á conveniente clareza; as mais empeçadas sabia sibia dispor em ordem bem natural e desimpedida (Varnhagen, 1877b, p. 727).*

Tomando a leitura do bispo de Viseu como referência, Varnhagen segue referenciando Vieira como gênio, mas também destaca algumas ressalvas. Por exemplo, a qualidade sublime e rara é contraposta à necessidade de “mais imaginação, menos ambição de parecer singular [...] e mais sensibilidade” (Varnhagen, 1877b, p. 727), qualidades presentes nos modelos de oradores sagrados que existiram na história, tais como Bossuet, Bourdaloue, Mabillon, Fléchier, Fleury, Fénelon e Massillon. Para Varnhagen, Vieira só escrevia e falava ao entendimento, ao seu coração faltava a sensibilidade dos grandes teólogos e escritos sacros. Trata-se, portanto, de uma escrita predominantemente dotada de razão – “só falava ao entendimento; do coração nem se occupava, ou o fazia com pouco resultado. Tratava de convencer com razões; poucas vezes de mover os affectos” (Varnhagen, 1877b, p. 727).

No que concerne ao apontamento dos problemas de ordem literária, a crítica é voltada ao distanciamento entre Vieira e as referências da oratória sacra de sua época; como visto anteriormente, justificada pelo pouco uso do afeto na escrita. Nesse aspecto, Varnhagen não prossegue sua argumentação, o que deixa em aberto as razões que o levaram a considerar o jesuíta um escritor sem afeto. O que poderia então explicar a escrita dura e pouco afável do padre seiscentista? A hipótese que sustentamos é a de que o vínculo do padre com a Companhia de Jesus e, por consequência, todas as suspeitas e denúncias iluministas reverberaram na escrita de Varnhagen sobre a questão. Segundo o historiador do IHGB, o padre era mais um homem voltado ao mundano do que propriamente aos aspectos litúrgicos e sagrados da prática religiosa. Apegado às causas temporais do mundo e aos assuntos de governo e de política, elementos que tornam Vieira um personagem de natureza política:

*Más nota-se inquestionavelmente nos seus sermões, mais apego ás coisas da terra do que ás de céu. Os que mais reputação lhe adquiriam foram justamente aquelles em que elle se occupava antes das coisas mundanas e assumptos do governo que das espirituas e divinas. — Na apostrophe a Deus do sermão contra as armas hollandezas pregado em 1640, que tanta nomeada lhe grangeou, é sublime, mas não andou muito longe da heresia, a qual depois attingiu, quando a inquisição o perseguiu por se metter a profeta (Varnhagen, 1877b, p. 727).*

Mesmo que Vieira fosse considerado notável e genial, a sua condição institucional não foi esquecida, pois ela serviu-lhe para qualificar a ambição temporal típica dos inicianos. Com isso, a desqualificação religiosa de Vieira segue à medida que o historiador referencia as acusações inquisitoriais, flertes com a heresia, culminando no momento em que o padre se manifestou profeticamente, em outros termos: “meteu-se a profeta”.

Fica claro que não foi a experiência religiosa de Vieira que ensejou o elogio de Varnhagen, o que não o desqualificaria enquanto indivíduo: um gênio letrado e homem devoto à sua nação. Na formulação do personagem, sobressaem-se suas características políticas. E, com isso, o historiador apresenta as ambiguidades em torno do padre:

*Foi um verdadeiro gênio; mas sem tino pratico, e que pouco havia neste sentido aproveitado das lições do mundo, que tanto alias recorrera. — Para missionário lhe faltava mais piedade e mais caridade: Vieira antes era duro de coração, e muito vingativo. Para diplomata mais discrição e mais modéstia e um espirito menos visionário. Para a política tinha grande propensão, e quasi diremos que vocação decidida, e em nossos dias houvera sido um exímio deputado; e a tenacidade em sustentar suas opiniões e sua firmeza de character o recomendariam também para ministro da coroa. Neste século a sua ambição não se houvera manifestado com adulações à corte, nem aos grandes; mas talvez sim com ataques a estes, e com humilhantes thuribuladas à plebe desordeira e demagógica (Varnhagen, 1877b, p. 726).*

O trecho citado acima sintetiza as ambiguidades projetadas em Vieira como personagem da *História Geral do Brazil*. Varnhagen é enfático ao qualificar o padre enquanto um gênio, mas o perfila com certas ponderações. O historiador brasileiro recorta do padre Antônio Vieira o elogio que interessa à sua escrita sobre a Nação. Como mencionado no início do nosso texto, Varnhagen identificava-se com o antijesuitismo, o que pode explicar as ressalvas sobre o jesuíta. No entanto, a condição institu-

cional de Vieira não impediria o historiador sorocabano de qualificá-lo como o filho das duas pátrias. Ao lado da figura de gênio, a imagem produzida do padre é a de um indivíduo pronto para combater as desobediências dos colonos do Maranhão e Grão-Pará, a quem o historiador denomina de “plebe desordeira”; um personagem digno de ministro da Coroa, aquele que não sucumbiria às adulações que a corte poderia fazer e nem muito menos aos grandes colonos escravistas.

Como apresentado em nosso estudo, existiu uma disputa em torno da nacionalidade do padre Vieira. Isso nos sugere a importância que o jesuíta poderia desempenhar para a história da Nação que se formulava no IHGB. Em um cenário no qual abordagens antijesuíticas tensionavam forças com leituras apologéticas sobre Vieira, Varnhagen entendeu o personagem seiscentista como uma importante peça para a engrenagem de sua escrita, aquela que almejava criar laços de herança entre Brasil e Portugal.

Nesse sentido, fomos levados a investigar sob quais bases esteve assentada a operação historiográfica de Varnhagen. Entendemos que, anterior à escrita do historiador sorocabano, existia um cenário discursivo que postulou a figura de Vieira como ícone português, na qual se sobressai a a ideia do gênio letrado. Compreendemos que Varnhagen apresentou aproximações com as escritas de André de Barros e com a geração romântica da década de 1840, especialmente Alexandre Herculano, intelectual influente no processo de secularização dos mitos nacionais lusitanos. O padre Vieira referenciado por Varnhagen era, antes de qualquer coisa, um baluarte da cultura nacional portuguesa. O filho de duas pátrias serviu como uma das pontes necessárias ao estabelecimento de um vínculo histórico e civilizatório com Portugal, aspecto elementar na narrativa do escritor da *História Geral do Brasil*.

De outro modo, o antijesuítismo resvalou-se em Varnhagen quando esse apresentou certas ressalvas sobre o padre Vieira. Isso não era incomum, pois, conforme aponta Paulo Fernando de Oliveira, autores portugueses como Almeida Garret, em *Bosquejo da Poesia portuguesa* (1826), e Pinheiro Chagas, em *O juramento da Duquesa* (1873), são exemplos<sup>17</sup> do estado de ambivalência das narrativas em torno do jesuíta no século XIX (Oliveira, 1999, p. 1980). Segundo Pécora, a historiografia e a literatura moderna operaram com conceitos de política e de religiosidade estranhos aos praticados no século XVII (Pécora, 2008, p. 33-60).

Curiosamente, o Vieira genial não é o personagem religioso, o jesuíta, mas o que se revela em dois aspectos: na escrita e na oratória. Trata-se do homem de raras

qualidades letradas e de eloquência singular. No entanto, quando a crítica atinge a sua oratória e a sua linguagem, é justamente pela ausência de afeto e de sentimento, característica de um jesuíta. Se Vieira não foi um herói, como foi André de Negreiros para Varnhagen, coube-lhe a imagem de brilhante intelectual e indivíduo munido de notável compromisso nacional.

Veamos que as qualidades que brotam de Vieira derivam muito mais de sua propensão individual, “vocaçãõ decidida” (Varnhagen, 1877b, p. 726), do que de sua relação com a Ordem. O Vieira elogiado é aquele que transcende a sua condição jesuítica, expressão moderna de indivíduo (Hall, 2005, p. 13-15), sujeito que antecede o tempo para nele firmar o sentido de seu percurso histórico. O personagem que ensejou o elogio de Varnhagen foi o indivíduo que iluminou a tão obscura colônia aos olhos da Europa. Se não é esse o gigante que surgiu em André de Barros, parece-nos ao menos uma considerável peça dentro de um engenho narrativo no qual a ideia de Brasil move os sentidos da escrita.

## Fontes documentais

CIDADE do Salvador, Salvador, ano 1, n. 173, 15 jul. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763250&cpesq=padre%20Antonio%20Vieira&pasta=ano%20189>. Acesso em: 25/01/2021.

MEMORIA sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com algumas lembranças para a demarcação destes. BN/RJ, mss. 21 folhas 7, 4, 87.

VARNHAGEN, F. A. *Memoria sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com algumas lembranças para a demarcação destes*. BN/RJ, mss. 21 folhas 7, 4, 87.

## Referências

- ANDERSON, B. 2008. *Comunidades imaginadas: reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 336 p.
- ARAUJO, V. L. 2011. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: F. NICOLAZZI ; H. M. MOLLO; V. L. ARAUJO (org.), *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro, Editora FGV, p. 131-147.
- ASFORA, W. 2003. A ideia da peregrinatio na Navigatio Sancti Brendani Abbatis. *Brathair*, Rio de Janeiro, 1:3-17.
- BARBOSA, J. C. 1839. Discurso do Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1:9-17.
- BARROS, A. 1746. *Vida do apostólico padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus*. Lisboa, Nova Officina Sylviana, 722 p.
- CAIRO, L. R. L. 1995. Do Florilégio à Antologia da poesia brasileira

<sup>17</sup> Um estudo comparativo mais profundo entre Varnhagen e a literatura e a historiografia portuguesa, por mais profícuo que seja, não nos coube como objeto prioritário de análise.

da invenção: uma reflexão sobre o paradigma da história da literatura brasileira. *Revista de Estudos da Literatura*, Belo Horizonte, 3:43-53.

- CAMÕES, L. 1963. Os Lusíadas [Canto V, 96a e 97a estrofes]. In: CAMÕES, Luís de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro, Aguilar Editora.
- CÂNDIDO, A. 1981. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte, Itatiaia. vol. 1, 714 p.
- CATROGA, F. 1996. Alexandre Herculano e o historicismo romântico. In: L. R. TORGAL; J. A. MENDES; F. CATROGA, *História da História em Portugal (Séculos XIX e XX)*. Lisboa, Círculo dos Leitores, p. 45-98.
- CEZAR, T. 2004. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, 8(1):11-29.
- CEZAR, T. 2007. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, Rio de Janeiro, 8(15):159-207.
- COUTINHO, A. 1968. *A tradição afortunada (o espírito de nacionalidade na crítica brasileira)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 199 p.
- CURTIUS, E. 2013. *Literatura europeia e Idade Média*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 816 p.
- CLEMENTINO, K. 2018. Heródoto de mentirinha: Varnhagen, a escrita da história da Guerra Holandesa e seu diálogo com as obras dos séculos XVII, XVIII e XIX. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, 36(2):128-152.
- DOMINGOS, S. Tiago. 2014. O retorno da Companhia de Jesus no Segundo Reinado: representações dos jesuítas nas páginas da Revista do IHGB (1839-1886). *Revista História e Cultura*, Franca, 3(2):338-355.
- FRANCO, J. E. 2000. *O mito de Portugal: a primeira História de Portugal e a sua função política*. Lisboa, Roma Editora e Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 528 p.
- FRANCO, J. E.; REIS, B. C. 1997. *Vieira na literatura anti-jesuítica*. Lisboa, Roma Editora, 171 p.
- GUIMARÃES, M. L. S. 1998. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 6-27.
- HALL, S. 2005. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 102 p.
- HANSEN, J. A. 2003. Barroco, Neobarroco e outras ruínas. *Estudos Portugueses*, Salamanca, 3:171-217.
- HARTOG, F. 2006. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro, 7Letras, 265 p., p. 7-28
- HOBSBAWM, E. J. 2011. *Nações e nacionalismo: desde 1780*. São Paulo, Paz e Terra, 230 p.
- KANTOR, I. 2004. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo, Hucitec, 286 p.
- KHALED JR., S. H. 2010. *Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 263 p.
- KOSELLECK, R. 2006. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto Editora, PUC-Rio, 366 p.
- LENOBLE, R. 2002. *História da ideia de natureza*. Lisboa, Edições 70, 378 p.
- LEROY, M. 1992. *Le Mythe Jésuite: de Béranger à Michelet*. Paris, PUF, 468 p.
- LIMA, J. I. A. 1844. *Resposta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa: Análise do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do compêndio da História do Brasil*. Recife, Tipografia M Faria, 144 p.
- LISBOA, J. F. 1964. *Vida do Padre Antônio Vieira*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 396 p. (Clássicos Jackson, v. XIX).
- LOBO, D. F. A. 1897. *Discurso histórico e crítico acerca do padre Antônio Vieira*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 133 p.
- MARTINS, W. 1952. *A crítica literária no Brasil*. São Paulo, Departamento de Cultura, 154 p.
- MOTA, I. F. 2003. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra, Minerva, 396 p.
- OLIVEIRA, H. R. 2016. *Santidade, peregrinação e milagres no Ocidente Peninsular: a hagiografia de Santa Senhorinha de Basto (século XII)*. Goiânia, GO. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás, 104 p.
- OLIVEIRA, M. G. 2007. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História*, São Paulo, 26(1):154-178.
- OLIVEIRA, P. F. M. 1999. Aspectos da recepção de Vieira por escritores portugueses oitocentistas. In: CONGRESSO Internacional Terceiro Centenário da morte do padre Antônio Vieira, Lisboa. *Actas [...]*. Braga, U.C.P.; P.P.C.J, 3:1973-1985.
- ORLANDI, E. P. 1987. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, Pontes, 278 p.
- PÉCORA, A. 2008. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. Campinas, Editora da Unicamp; São Paulo: Edusp, 288 p.
- PEIXOTO, R. A. 2011. *Cartografias imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação história e espaço*. Natal, EDUFRN; Campina Grande, EDUEPB, 182 p.
- PEREIRA, P.; CARNEIRO, J. M. 1999. *O Palácio da Pena*. Londres, IPPAR; Scala Publishers, 182 p.
- PESSOA, F. 1986. *Obras de Fernando Pessoa*. Porto, Lello & Irmão Editores. vol. 1.
- PIMENTEL, M. C. 2008. O Mito de Portugal nas suas raízes culturais. In: M. LAGES ; A. MATOS (coord.), *Portugal: percursos de interculturalidade*. Lisboa, Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 3:7-50.
- PROTÁSIO, D. E. 2014. Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841). *História da Historiografia*, Ouro Preto, 14:27-43
- RAMOS, F. R. L. 2015. José de Alencar e a operação historiográfica: fronteiras e disputas entre história e literatura. *História da Historiografia*, 18:160-177.
- REBELO, L. S. 1982. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa, Horizonte Universitário, 323 p.
- SANTOS, E. 2014. *Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo*. Porto Alegre, RS. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 186 p.
- SEIXAS, A. R. 1856. Breve memória acerca da naturalidade do Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, de que foi encarregado pelo IHGB o Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio de Seixas, membro honorário do mesmo Instituto, e de algumas sociedades nacionais e estrangeiras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 19:5-32.
- SOBRAL, C. 2007. Hagiografia em Portugal: Balanço e Perspectivas. *Revista Medievalista*, Lisboa, 3(3):1-18.
- VARNHAGEN, F. A. 1961. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Lessa. Rio de Janeiro, INL/ MEC, 501 p.

- VARNHAGEN, F. A. 1847. *Ensaio Histórico sobre as letras no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, s/d. [?] Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000071.pdf>. Acesso em: 10/01/2021.
- VARNHAGEN, F. A. 1877a. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª ed. aum. e melh. Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, t. 1. 680 p.
- VARNHAGEN, F. A. 1877b. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª ed. aum. e melh. Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, t. 2, 654 p.
- VARNHAGEN, F. A. 1959. *História geral do Brasil*. 6ª ed. São Paulo, Melhoramentos, t. 4, 262 p.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. 1846. *Réplica apologetica de um escriptor calumniado e juizo final de um plagiario diffamador que se intitula general*. Madrid: d. Dominguez, 24 p.
- VERÍSSIMO, J. 1981. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Introdução Heron de Alencar. 4ª ed. Brasília, EDUNB, 289 p.
- VIEIRA, M. F. 2016. Prefácio. In: S. E. M. LIMA (org.), *Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico*. Brasília, Funag, 357 p., p. 13-32
- WEHLING, A. 1999. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 241 p.

Submetido em: 08/06/2021

Aceito em: 17/11/2021